



**Câmara dos Deputados
Dep. Federal Padre João**

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE DE 2022
(Do Sr. Padre João)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater a construção da Política Nacional de Alimentação Escolar

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, inciso III e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater a construção da Política Nacional de Alimentação Escolar.

Para tanto solicitamos que sejam convidados, em data a ser posteriormente agendada:

1. Representante do Ministério da Educação
2. Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
3. Representante do Ministério da Cidadania
4. Representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
5. Representante do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)
6. Representante da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE)
7. Representante da Confederação Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf Brasil)
8. Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)





Câmara dos Deputados Dep. Federal Padre João

9. Representante da Coordenação da Conferência Popular por Direitos, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
10. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
11. Representante do Conselho Federal dos Nutricionistas (CRN)
12. Representante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem desempenhado papel importante na segurança alimentar e nutricional das crianças e jovens do nosso país, bem como na geração de renda para agricultoras e agricultores familiares. No entanto, dados do recente projeto de pesquisa “PNAE em Minas Gerais: diálogos sobre a Alimentação Escolar e Agricultura Familiar” realizado pelo Instituto Federal de Minas Gerais, comprovam que a execução do programa tem encontrado diversos obstáculos, a começar pela insuficiente fiscalização do cumprimento do percentual mínimo de aquisição de agricultores familiares.

Outros desafios constatados são desde a falta de assistência técnica aos produtores com foco na transição agroecológica, para obtenção do selo de produção orgânica e capacitação para agroindustrialização; passando pelas dificuldades logísticas de falta de veículos para transporte e más condições das estradas rurais; e chegando até a comunicação precária entre gestores e produtores, tanto devido à exclusão digital que ainda vigora em grande parte da zona rural brasileira, quanto devido à falta de sincronicidade entre os processos licitatórios e as safras de cada alimento dos cardápios escolares.

Além disso, observa-se também a fragilidade dos agricultores familiares em relação a perdas por intempéries; dificuldades no fomento ao cooperativismo e às hortas escolares; prejuízos causados por outras atividades econômicas como a mineração; baixos valores repassados pela CONAB; falta de conscientização de pais, alunos, cantineiras e gestores em relação à importância de hábitos alimentares mais saudáveis; e a regularização dos Serviços de





Câmara dos Deputados Dep. Federal Padre João

Inspeção Municipais (SIM), de modo a aumentar a oferta de alimentos seguros e a garantia de que possam de fato ser comercializados legalmente.

Considerando desta forma a importância do assunto para a sociedade brasileira, presente e futura, bem como a necessidade de ampliar o debate sobre a criação da Política Nacional de Alimentação Escolar, entendemos que a realização dessa audiência pública é fundamental para a discussão do presente tema nessa Comissão, e se possível conjuntamente com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e a Comissão de Educação.

Sala das Comissões, de de 2022.

Padre João

Deputado Federal – PT/MG

